



ppri4.org



ppri.partido

A Oposição Combativa deve romper a inércia e se constituir como uma verdadeira frente de luta com os métodos da luta de classes

O ano de 2023 foi marcado inicialmente pela luta dos professores contratados, que lutavam contra a resolução 85, que impunha a atribuição online, e com as listas cheias de “erros” na pontuação. Essa mobilização foi organizada inicialmente pelas subsedes dirigidas pela oposição e setores mais combativos. Ao perceber o movimento, a burocracia da Apeoesp tomou a frente para impor, por meio de seu controle burocrático, sua política de conciliação, com a proposta de se reunir junto ao novo secretário e buscar “soluções” para o problema, mas nada nesse sentido ocorreu, as atribuições se mantiveram com os “erros” e o ano letivo começou com inúmeros ataques.

As lutas do início do ano serviram para aglutinar os setores da oposição mais combativo, serviu também para mostrar o grau de peleguismo da esmagadora maioria das correntes do PSOL, que, numa continuação da unidade da Frente Ampla das eleições para presidente, passou para o lado da direção burocracia. A unidade da corrente petista Articulação com os neopelegos do PSOL ficou evidente ao longo do ano, quando seguiam piamente Bebel e seu controle burocrático em relação ao controle do movimento, nas eleições cheias de fraudes e violência contra a chapa

da Oposição Combativa, e no Congresso da categoria.

Diferentemente da unidade da Articulação com os novos burocratas, a Oposição Combativa se organizou em torno dos setores mais dispostos à mobilização no movimento na Apeoesp, conseguindo se organizar em plenárias, e por último na Convenção, que consolidou a chapa que disputou as eleições. Porém, após as eleições, as fragilidades da Oposição Combativa vão expressar-se na ausência da continuação das plenárias de base, para traçar uma política clara e coesa, que pudesse erguer os professores em luta contra os ataques do governo Tarcísio/Feder, e contra o controle da burocracia, para conter o movimento que, com sua política de conciliação, passou a fazer acordos com o governo à revelia da categoria, a eleição da mesa diretora da ALESP evidenciou essa traição.

A principal fraqueza da combativa vem do fato de que a esmagadora maioria das correntes que a compõe, também confia no método da pressão parlamentar. Esse elemento, associado com a ausência das plenárias, dentre outros problemas, fez a Combativa praticamente se dissolver, deixando de combater a burocracia de forma coesa, e essa direção burocrática acabou absorvendo as pressões de classe imposta pela burguesia, através da política da Frente Ampla

do governo Burguês Lula/Alckmin, aprofundando sua política de conciliação e deixando o movimento de joelhos diante dos governos. Como Oposição à burocracia, o combate à direção deve estar presente em seu programa, mas se consolida é em sua prática. O combate real à burocracia deve ser feita com a organização da classe em plenárias, que possam organizar suas propostas, rechaçando toda a política de conciliação de classes da burocracia.

A atribuição de 2024 começou da pior maneira possível. Dezenas de milhares de professores ficarão sem emprego, pela redução de números de vagas, imposta pela política de precarização do trabalho, que se vem ampliando cada vez mais na rede estadual de ensino, com o fechamento de turnos, com a transformação de unidades em PEI, com a ampliação da jornada de trabalho, e recentemente com o retorno da municipalização, sem garantia de que os professores poderão permanecer nessas escolas municipalizadas, dentre outras estratégias dos governos. Tudo isso vem passando-se, sem que haja um trabalho de base nestes últimos anos pela oposição sindical da Apeoesp, que não apenas se esfacelou, com parte dela formando a frente ampla com a burocracia, e a outra parte que formou a Oposição Combativa foi pratica-

mente dissolvida após as eleições, ou seja, a Oposição Combativa não vem cumprindo sua principal tarefa, que é a de se organizar como frente, mesmo diante das divergências políticas, e servir de canal de mobilização e expressão coletiva e organizada das reivindicações dos professores, tanto dos contratados quanto dos efetivos. Passou um ano, e a oposição não foi capaz de cumprir esse papel. De forma que os professores ficaram reféns das manobras da direção, e sem orientação para enfrentar suas traições. A ausência das assembleias está sendo um duro golpe, já que sabemos que o método necessário para impor nossas reivindicações é a ação direta. Neste sentido, caberia à Oposição Combativa se organizar por meio de plenárias de base e construir uma proposta de plano de lutas, para fazer frente ao imobilismo da burocracia sindical e impulsionar a luta desde as bases.

A experiência das paralisações do metrô, dos ferroviários, e da Sabesp, no segundo semestre de 2023, mostrou não apenas a disposição e revolta das bases do funcionalismo e setores operários, como também um total controle burocrático sobre o movimento. Afogou-se a tendência de luta dos assalariados e dos trabalhadores por trás do calendário da Alesp. A privatização da Sabesp foi um sinal do fracasso do método da pressão parlamentar e do cretinismo democratizante. O plesbicito não mudou a decisão do governo. Apenas uma luta radicalizada e unitária, com greve por tempo indeterminado, e paralisando os serviços teria derrotado Tarcísio. A burocracia se nega a fazê-lo. O mesmo método utiliza a burocracia da APEO-ESP. Negociaram e aceitaram os concursos que demitem professores. Não podemos repetir esse erro mais uma vez, e tampouco devemos permitir que destruam os fundamentos da democracia sindical. Os atos tomados pela política parlamentarista, a falsificação da “luta virtual”, e a conciliação permanente

com os governos devem ser rejeitados. O processo de privatização do setor público serve à demissão, à precarização e à diminuição dos serviços prestados à maioria da população. Na educação, não será diferente, é o que já vivenciamos com o contrato temporário, que tem o mesmo sentido dos contratos terceirizados, mais precarizados e com menos direitos. A organização dessa parcela é fundamental para erguer as bandeiras elementares, porém, a convocação deve ser de toda a categoria. A defesa de melhores condições de trabalho para o professor contratado é a defesa de toda a categoria.

O professor efetivo também está sendo atacado, seu tempo de serviço não é mais o principal critério de classificação nos concursos. Avaliações de assiduidade, por exemplo, rebaixaram as classificações de muitos professores. Como se pode ver, está colocada a defesa dos direitos conquistados, e que esses direitos se estendam a todos os professores. A burocracia divide os terceirizados dos efetivos, porque assim é mais fácil negociar com o governo, sem ter de enfrentar a unidade da categoria em luta contra seus acordos malditos.

Ao divisionismo e a conciliação de classes devemos opor a unidade sob um plano unitário de reivindicações e pela defesa da imediata estabilidade a todos os contratados. Devemos defender a bandeira histórica da luta de classes de “a igual trabalho, igual salário e condições trabalhistas”. Somente se poderão derrotar as propostas destrutivas dos governos e as demissões com a luta unitária de efetivos e contratados. A Oposição deveria ser um canal de expressão e organização dessa luta unitária. Deve pôr as subsedes que dirige a serviço desse objetivo e da luta pela via da ação direta. Deve servir de instrumento dos professores para lutar contra as traições da burocracia. Mas, não está cumprindo esse papel, principalmente porque a maioria das correntes também alimenta a ilusão

em torno da pressão parlamentar e, dessa forma, as bases ficam submetidas à política da burocracia.

A via parlamentar e jurídica já deixou mais do que claro que se trata do caminho da derrota.

A partir da imediata convocação de plenárias de base, reconstituir a Oposição Combativa, impulsionando a luta pela reabertura das instâncias deliberativas do sindicato. Precisamos exigir os R.E.s urgentes, as assembleias regionais e estaduais. Exigir assembleias com paralisações, com direito à livre desenvolvimento das posições divergentes.

Temos de sair dessa reunião com uma data definida para plenária da Oposição combativa para unir forças com a base e exigir que a burocracia convoque uma assembleia para organizar o enfrentamento ao governo, de forma que a categoria não se submeta a iniciar o ano letivo enquanto não for cancelada essa atribuição de aulas, e se garanta a imediata abertura de salas e fim das escolas PEIS (que diminuem aulas, salas e demitem professores)!

Por uma plenária imediata da oposição Combativa com ampla convocação das bases da categoria!

Por uma assembleia imediata para barrar a atribuição!

Pela abertura de salas e turnos, fim das PEIs!

Pela organização da luta unitária entre professores efetivos e contratados!

Pelo chamamento da greve em defesa do emprego, por meio da efetivação e estabilidade a todos! ●